

PUBLICAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 8

Continuação...					
1ª série	20.000	1.431	CDI + 2,70%	31/03/2021	
2ª série	6.623	2.623	CDI + 2,63%	30/11/2021	
3ª série	5.000	17.868	CDI + 4,00%	30/11/2021	
Mezanino	35.000	1.728	CDI + 2,15%	09/09/2022	
4ª série	50.000	40.688	CDI + 1,65%	31/03/2024	
Mezanino II	1.500	1.628	CDI + 3,00%	31/03/2024	
Mezanino III	1.500	1.503	CDI + 3,25%	31/12/2026	
5ª série	30.000	30.047	CDI + 1,70%	31/12/2026	
	1.276.361	285.065			
		304.471			
		480.594			

Circulante
Não circulante
(*) Vencimento da última amortização da cota senão da série.
12. Derivativos:

	2021	2020
Diferencial de "swap" a receber (a)	19.960	-
Diferencial de "swap" a pagar (a)	-	(35.769)
	19.960	(35.769)

Ativo
Não Circulante
Passivo
Circulante
Não circulante

(a) Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos, avaliados a mercado (Nível 3 de avaliação do valor justo). "Swap": Em 31/12/2021, a Sociedade, em suas demonstrações financeiras consolidadas, mantinha contratos de "swap" com valor nominal de R\$7.05.090 (R\$7.590.990 em 2020), que prevê que a Sociedade receberá taxa de juros média fixa de 6,65% (5,13% em 2020) e pagar 100% CDI sobre o valor nominal. O "swap" está sendo classificado como "hedge econômico" da exposição às variações de CDI que podem sofrer impactos no resultado da carteira de direitos creditórios, já que esta é pré-fixada e as cotas seniores são pós-fixadas.

	2021	2020
Indevidores (receber e pagar)		
Diferencial a receber		
CDI X Pre	Até 1 ano	162.956 169.458 165.738 3.720
CDI X Pre	Após 1 ano	355.344 372.078 350.388 21.690
Diferencial a pagar		
CDI X Pre	Até 1 ano	139.950 151.347 155.636 (4.289)
CDI X Pre	Após 1 ano	46.840 47.393 48.554 (1.161)
Total		705.090 740.276 720.316 19.960
		759.990 775.771 811.540 (35.769)
Circulante		(569)
Não circulante		20.529

Os ganhos (líquidos das perdas) com instrumentos financeiros derivativos, no exercício findo em 31/12/2021, foram de R\$41.049 e em 31/12/2020, as perdas (líquidos dos ganhos) foram de R\$28.381 referente às operações com "swap" (nota explicativa nº 20).

	2021	2020
13. Contas a Pagar:		
Fornecedores	3.002 4.578 4.050 5.666	
Repasses para instituições de ensino (a)	9.023 3.225 9.023 3.225	
Rebates (b)	1.850 109 1.850 109	
Taxa de gestão e cobrança	-	182 282
Contratadora e custódia	-	168 140
Taxa de administração	-	178 120
Outras	13.876 7.920 16.255 8.954	

(a) Salda a repassar para instituições de ensino provenientes da modalidade "gestão" do programa de financiamento estudantil promovido pela Sociedade. Nesta modalidade, os pagamentos dos alunos do programa enquadrados nesta modalidade são recebidos pela Sociedade e repassados para as instituições de ensino, líquidos da comissão pela prestação de serviços. (b) Valor previsto em contratos em compromisso da Sociedade em subsidiar campanhas publicitárias envolvendo o Praveler e determinadas instituições de ensino. A obrigação é um percentual do valor do repasse feito a estas instituições de ensino. 14. Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas: A Sociedade é parte integrante de processos judiciais e/ou administrativos de natureza civil decorrente de discussões relacionadas com a atividade de gestão do programa Praveler, além de processos trabalhistas e demandas fiscais. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para os processos com probabilidade de perda provável, para fazer face a eventuais perdas em favor da Sociedade.

	2021	2020
Movimentação das provisões		
Reverso no início do exercício 2020	1.628	70
Reversões no exercício	(427)	(69)
Adições no exercício	1.251	10
Saída no final do exercício 2020	1.251	10
Saída no início do exercício 2021	(207)	(33)
Reversões no exercício	236	28
Adições no exercício	1.340	337
Saída no final do exercício 2021	1.340	337

(*) Referir-se, principalmente, a provisão de IPTU da Sociedade pelo contrato de locação de sua antiga sede, visando evitar o cancelamento de IPTU. Por impedimento do proprietário emitir as guias durante o período em que o contrato ficou ativo, a Sociedade firmou compromisso de efetuar os pagamentos de IPTU durante o período de IPTU devido fossem emitidas pela Prefeitura de São Paulo. Provisões cíveis referem-se principalmente a litígios relacionados a demandas de créditos não concedidos a estudantes que se inscreveram no Praveler, incluindo indevidos de contratantes no sistema de proteção de crédito, cobranças indevidas e taxas praticadas no programa de financiamento estudantil. A Sociedade age para as saídas de recursos para quitação das ações ocorram em até dois anos. Todos os casos são decorrentes do curso normal de operação da Sociedade. As reversões no montante de R\$53,3 são provenientes, principalmente, de êxito das ações judiciais de natureza trabalhista no âmbito de R\$52 (R\$ 718 em 2020) relacionadas ao pleito de ex-funcionário por mudança de escopo de trabalho. Por ser ação em estágio inicial, os assessores legais da Sociedade classificaram a probabilidade de perda como "Possível". Não existem causas com natureza fiscal classificadas com probabilidade de perda possível. 15. Arrendamento: (a) Ativos de direito de uso:

	2021	2020
Contratadora		
Ajuste de renovação	10.163	10.163
Despesa de amortização no exercício	(1.454)	(1.454)
Baixas (a)	9.715	9.715
Ajuste de renovação	(733)	(733)
Despesa de amortização no exercício	(965)	(965)
31/12/2021	7.081	7.081

A Sociedade arrendava, até 2020, dois andares do edifício onde está localizada sua sede. Em 2021, a Sociedade efetua a devolução de um dos andares, gerando a baixa de R\$2.290, com impacto em redução de R\$80 no exercício. O prazo do arrendamento é de oito anos e teve início em julho de 2019 com vencimento em maio de 2022. A carteira destes contratos foi de 6 meses, com início do pagamento das contraprestações em janeiro de 2020. Não houve adição de ativos de direito de uso nos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020. b) Passivos a pagar de arrendamento:

	31/12/2021	31/12/2020
Em até 1 ano	1.289	1.332
De 1 a 3 anos	1.289	1.359
De 3 a 5 anos	1.289	1.359
De 5 a 10 anos	1.859	1.859
De mais de 10 anos	1.826	1.743
Total	6.542	7.242
Juros a apropriar	(2.150)	(2.459)
	4.392	4.783
Circulante	1.150	1.750
Não circulante	3.674	8.305

A Sociedade não está sujeita a um risco de liquidez significativo com relação aos seus passivos de arrendamento. De passagem, a auditoria não realizou testes de monitorização pela área de Controladoria da Sociedade. c) Movimentação dos valores a pagar de arrendamento:

	2021	2020
Contratadora		
Ajuste de renovação	10.815	10.815
Contraprestações pagas	1.003	1.003
Juros apropriados	(1.859)	(1.859)
31/12/2020	10.055	10.055
Baixas	(2.340)	(2.340)
Ajuste de renovação	1.289	1.332
Contraprestações pagas	(1.385)	(1.385)
Juros apropriados	177	177
31/12/2021	4.824	4.824

(a) Valores reconhecidos no resultado:

	31/12/2021	31/12/2020
Recapita de baixa de contrato	60	-
Despesa de depreciação de ativos de direitos de uso	(955)	(1.454)
Despesas com juros de passivos de arrendamento	(1.777)	(1.777)
	(1.072)	(1.549)

O prazo de depreciação dos ativos de direito de uso segue o vencimento dos contratos em 31/05/2022. Outras informações: Em 31/12/2021, a Sociedade possui passivo circulante de R\$1.150 relativos aos pagamentos de arrendamentos de curto prazo (R\$1.750 em 2020). Os pagamentos de arrendamentos efetuados neste exercício foram de R\$1.271 (R\$1.658 em 2020). A provisão de pagamentos mensais mínimos nos próximos oito anos é de R\$107 (R\$140 em 2020). Está demonstrado a seguir o fluxo das atividades de caixa relacionadas aos contratos de arrendamentos vigentes, considerando a comparação entre os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de captação da Sociedade no sistema bancário (0,59% a.a.) e a inflação projetada para o período do contrato (IGP-M, 4,06% a.a.). O resultado desta análise para fins meramente comparativos mostra a potencial inflação não incorporada na atual contraprestação dos contratos vigentes.

	2022	2023	2024	2025	Até 2026
Saldo inicial	5.676	4.334	3.437	2.383	1.370
Despesa financeira	(151)	196	239	280	464
Contraprestação do arrendamento	(1.289)	(1.289)	(1.289)	(1.827)	(1.827)
Inflação futura não incorporada na contraprestação	(4)	(4)	(4)	(4)	(7)
Saldo final	4.232	3.437	2.383	1.370	-

16. Seguros: A Sociedade mantém seguro predial para sua sede, bem como para responsabilidade civil. O resumo das aplicações vigentes em 31/12/2021 é como segue:

	Valor segurado	Prêmio de seguro	Vigência
Seguro predial	8.002	5	18/10/2022
Responsabilidade civil	5.000	25	08/01/2023
17. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31/12/2021, era de R\$124.740 (R\$123.380 em 2020), composto pelas ações, sem valor nominal, relacionadas a seguir:			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercício Findo em 31/12/2021 ou 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Quantidade de ações 2021	Quantidade de ações 2020
Ações ordinárias no país	84.822.684	84.952.504
Ações ordinárias no exterior	17.588.632	17.332.911
Ações preferenciais no exterior	39.535.498	39.745.640
Ações preferenciais no exterior	6.350.379	6.247.691
Total das ações em circulação	147.900.183	147.276.746
Ações preferenciais em tesouraria	3.154.321	2.598.153
Ações ordinárias em tesouraria	2.992.741	2.992.741
Total das ações	152.844.245	152.867.640

Em 24 de março de 2021, houve aumento de capital social mediante a emissão de 290.221 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$721, aumentando o capital social para R\$124.101. Em 23 de abril de 2021, houve aumento de capital com efeito de caixa mediante a emissão de novas ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal, via exercício de opções, sendo 127.901 ações ordinárias e de 8.400 ações preferenciais, no valor total de R\$175, referentes a aumento de capital via plano de opções utilizando a PLR, aumentando o capital social para R\$124.276. Em 28 de abril de 2021, houve aumento de capital social mediante a emissão de 153.083 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$464, aumentando o capital social para R\$124.740. Em 31 de março de 2020, houve aumento de capital com efeito de caixa mediante a emissão de novas ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal, via exercício de opções, sendo 165.000 ações ordinárias e de 110.806 ações preferenciais, no valor total de R\$479, referentes a aumento de capital via plano de opções utilizando a PLR, aumentando o capital social para R\$123.568. Em 21 de agosto de 2020, houve aumento de capital social mediante a emissão de 272.689 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$812, aumentando o capital social para R\$123.380. As ações ordinárias possuem direito a voto. As ações preferenciais têm prioridade na distribuição dos dividendos. Conforme o seu estatuto social, a Sociedade está autorizada a emitir o capital social por delegação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 19.059.696 novas ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições de emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, observando-se os termos previstos em lei e nas disposições do estatuto social da Sociedade. As Ações em 30 de abril de 2021, a Sociedade efetuou a recompra de 556.198 ações preferenciais no valor total de R\$3.204. Em 27 de janeiro de 2020, a Sociedade efetuou a recompra de 7.250 ações preferenciais no valor total de R\$41. Em 10 de março de 2020, a Sociedade efetuou a recompra de 7.250 ações preferenciais no valor total de R\$41. Em 21 de agosto de 2020, a Sociedade efetuou a recompra de 242.792 ações preferenciais no valor total de R\$1.381. Em 21 de outubro de 2020, a Sociedade efetuou a recompra de 234.584 ações preferenciais no valor total de R\$1.337. c) Reserva legal/ retenção de lucros/ lucros (prejuízos) acumulados: A reserva legal é constituída, anualmente, como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. O valor destinado a reserva legal em 31/12/2021 foi R\$2.686 (R\$953 em 2020), totalizando o saldo de R\$9.140 em 31/12/2021 (R\$6.454 em 2020). A reserva de retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e não distribuídos ou destinados, visando atender o plano de desenvolvimento de negócios da Sociedade, em linha com o orçamento de capital proposto pelos administradores na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. O valor da retenção de lucros em 31/12/2021 foi R\$37.015 (R\$9.553 em 2020), totalizando o saldo de R\$114.363 em 31/12/2021 (R\$57.348 em 2020). d) Justas e avaliações patrimoniais: A Sociedade não manteve instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado abrangente, portanto, não foram efetuadas as alterações de valor decorrentes das mudanças de valor decorrentes das mudanças de capital próprio e dividendos. O Estatuto Social da Sociedade assegura aos acionistas o direito de pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio até o limite da dedutibilidade prevista em lei. Os juros sobre capital próprio a título de remuneração do capital próprio, foram calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados a variação, por rata diu, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, condicionados à saída de lucros, auferidos antes da dedução dos juros, ou de reservas de lucros e lucros acumulados. O pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios conforme estabelecido no regulamento da Sociedade é de 2% do lucro líquido ajustado, calculado conforme estabelece a Lei das S.A. Os valores declarados relativos aos juros sobre capital próprio foram de R\$8.518 (R\$8.557 em 2020), sendo de IR retido na fonte de R\$1.287 (R\$1.250 em 2020). O valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2021 foi de R\$1.287 (R\$1.250 em 2020). O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2022. Para o exercício findo em 31/12/2021 o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$5.204 que somado aos juros sobre capital próprio liquidados totalizou R\$13.734. Para o exercício findo em 31/12/2020, o valor de retenção de lucros sobre o lucro líquido no exercício findo em 31/12/2020 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31/12/2021. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral